



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



191

HABEAS CORPUS Nº: **0202584-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.001565-8

COMARCA : Salgueiro – 1ª Vara

IMPETRANTE : Ângelo Aparecido Gonçalves

PACIENTE : Bartolomeu Alves Santiago

PROCURADOR(A) : Itabira de Brito Filho

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

I – Não se há falar em coação ilegal decorrente de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal concernente a procedimento instituído pela Lei 11.343/06, quando o lapso de tempo da prisão em flagrante até o julgamento do writ é inferior a 195 (cento e noventa e cinco) dias.

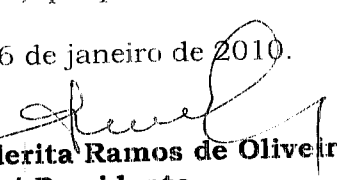
II – A primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e o fato de ser o paciente trabalhador não induzem, necessariamente, a concessão de liberdade provisória, quando presente nos autos qualquer dos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar (art. 312, CPP).

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº **0202584-3** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora / Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: **0202584-3**

192

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.001565-8

COMARCA : Salgueiro – 1ª Vara
IMPETRANTE : Ângelo Aparecido Gonçalves
PACIENTE : Bartolomeu Alves Santiago
PROCURADOR(A) : Itabira de Brito Filho
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O Bel. **Ângelo Aparecido Gonçalves** impetrou ordem de **Habeas Corpus liberatório**, com pretensão liminar, em favor de **Bartolomeu Alves Santiago**, qualificado às fls. 02, alegando excesso de prazo para o início da instrução criminal relativamente ao processo nº 245.2009.001565-8, a que responde o paciente, juntamente com João Batista Pinheiro Rodrigues, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salgueiro, por infração ao arts. 33¹, da Lei 11.343/06 e 16, parágrafo único, inciso IV², da Lei 10.826/03.

Aduz ainda, a impetração, que o paciente é portador de condições pessoais favoráveis, fazendo jus à concessão de liberdade provisória.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.

11/164.

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

² **Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito**

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (...)

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



193

Em decisão interlocutória de fls. 171/172 indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 177.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Itabira de Brito Filho, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 181/182).

É o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des^a Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



194

HABEAS CORPUS Nº: 0202584-3

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.001565-8

COMARCA : Salgueiro – 1ª Vara
IMPETRANTE : Ângelo Aparecido Gonçalves
PACIENTE : Bartolomeu Alves Santiago
PROCURADOR(A) : Itabira de Brito Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Cuida-se de *habeas corpus* em que o impetrante alega excesso de prazo para o início da instrução criminal concernente ao processo-crime nº 245.2009.001565-8, a que responde o paciente, juntamente com João Batista Pinheiro Rodrigues, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salgueiro, por infração ao arts. 33³, da Lei 11.343/06 e 16, parágrafo único, inciso IV⁴, da Lei 10.826/03.

Aduz ainda, a impetração, que o paciente é portador de condições pessoais favoráveis, consubstanciadas na primariedade, ótimos antecedentes, residência fixa e profissão lícita, fazendo jus à concessão de liberdade provisória.

Cuido inexistir a coação ilegal, decorrente de excesso de prazo, alardeada na impetração.

Conforme noticiado pela autoridade coatora nas informações de fls. 177, o paciente foi preso em flagrante no dia

³ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

⁴ **Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito**

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (...)

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



195

12.09.09, tendo o Ministério Público apresentado denúncia em 09.11.09. Em 12.11.09 foi determinado a intimação dos acusados para apresentarem defesa preliminar, que foram apresentadas em 17.11.09. Em 27.11.09 foi recebida a denúncia, bem como designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18.12.09.

Compulsando o sistema de acompanhamento processual desse Sodalício, observo que a audiência designada para o dia 18.12.09 foi realizada com sucesso, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação, com exceção de 1 (uma), por estar de licença especial pelo prazo de 02 (dois) meses. Ante a ausência de testemunhas arroladas pela defesa, o juiz concedeu vista dos autos ao representante do Ministério Público para se manifestar sobre a testemunha faltosa e, caso entenda pela sua dispensa, que apresente as alegações finais, conforme cópia do termo de audiência que ora faço acostar aos autos.

Como se pode observar, o magistrado processante imprimiu ritmo célere na tramitação do feito originário, que já se encontra praticamente encerrado, aguardando apenas que a acusação se pronuncie sobre a testemunha faltosa, para que sejam apresentadas as alegações finais.

Demais disso, convém lembrar que, conjugando-se os dispositivos legais insitos na Lei nº 11.343/2006, que passou a regular a instrução criminal nos feitos relativos à prática ilícita de entorpecentes, chega-se à conclusão de que o prazo máximo para a formação da culpa, em face do referido Diploma Legal, em se tratando de réu preso, poderá ser de até 195 (cento e noventa e cinco) dias, sem a caracterização de constrangimento ilegal por excesso de prazo, não havendo, no caso *sub examinem*, que se cogitar em demora injustificada para a formação da culpa, haja vista que entre a prisão em flagrante e a presente data ainda não restou ultrapassado tal lapso temporal.

Observe-se, também, que os atributos pessoais do paciente, consubstanciados na primariedade, ótimos antecedentes, residência fixa e profissão lícita, não elidem a necessidade da prisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



196

preventiva, quando assentes os motivos previstos no art. 312⁵, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* 15.917/SP, Quinta Turma, Relator Ministro Felix Fischer, julgado em 08.06.2004 e publicado no DJ do dia 28.06.2004, p. 348, cuja ementa é do teor seguinte:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ART. 158, § 1º DO CÓDIGO PENAL. (...) NEGATIVA DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.

(...)

II - No presente caso, a alegação de que não há prova capaz de incriminar o recorrente enseja, necessariamente, reexame minucioso de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de habeas corpus (Precedentes).

III - Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, per se, garantir ao paciente o benefício da liberdade provisória, se há nos autos razões suficientes a demonstrar a necessidade de sua segregação (Precedentes).

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido."

É o caso dos autos.

Ante o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

⁵ Art. 312 - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.⁵